

OUTUBRO 2026

205ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Foto: Imagem criada com Gemini-AI/Gazeta do Povo

**PASSA-SE
O PONTO**

EFEITO COLATERAL

Fim da escala 6×1 pode levar país a nova onda de falências em 2027

Senado pode derrubar liminar de Gilmar que dificulta impeachment no STF

R\$ 6 bilhões em tributos: como Luciano Hang cresceu contra o Estado brasileiro

Índice

Editorial: O desespero de Lula continua falindo o Brasil 04

Rodrigo Constantino: Festa estranha com gente esquisita: a marcha da militância de Lula na Paulista 10

Polzonoff: Ana Elisa: queria sentir raiva, mas não consigo 18

Fim da escala 6x1 pode levar país a nova onda de falências em 2027 23

Senado pode ignorar ou derrubar liminar de Gilmar que dificulta impeachment de ministros do STF 34

Artistas pedindo voto estão fazendo propaganda reversa e ajudando a direita? 48

R\$ 6 bilhões em tributos em um ano: como Luciano Hang cresceu contra o Estado brasileiro 56

USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



O presidente Lula durante anúncio de medidas direcionadas a microempreendedores individuais. (Foto: ChatGPT sobre foto de Ricardo Stuckert)

EDITORIAL

O desespero de Lula continua falindo o Brasil

Aparentemente incapaz de convencer a maioria do eleitorado a dar-lhe um quarto mandato, o presidente Lula voltou a abrir a “caixa de

bondades” bancadas pelo dinheiro do pagador de impostos brasileiro. Em um período de cinco dias, anunciou uma série de medidas eleitoreiras, algumas das quais já entraram em vigor, enquanto outras dependem, logicamente, de sua reeleição para a Presidência da República. Entre os alvos está um segmento que os petistas indignados com a derrota para Flávio Bolsonaro no primeiro turno têm ironizado com ferocidade: o dos microempreendedores individuais.

No dia 9 de outubro, o governo federal zerou os impostos federais sobre a gasolina e aumentou a subvenção aos importadores de óleo diesel e produtores de etanol. O objetivo é evidente: impedir que combustíveis mais caros alimentem aquilo que uma comentarista chamou de “sensação de inflação” – o IPCA real, aliás, voltou a superar o limite máximo de tolerância da meta,

com um acumulado de 4,58% nos 12 meses terminados em setembro, anulando os efeitos da deflação artificial de agosto, causada pelo chamado “bônus de Itaipu”. A medida tem uma validade muito conveniente, de 30 dias, e efeito fiscal de R\$ 5,2 bilhões, que se somam aos quase R\$ 40 bilhões dos subsídios já em vigor. No discurso oficial, trata-se de absorver as oscilações do preço internacional do petróleo, devido ao conflito entre Estados Unidos e Irã. Acredita quem quiser.



Nesta reta final, Lula está querendo conquistar o voto de parte dos brasileiros prometendo-lhes dinheiro na mão. E, para isso, vale até a chantagem

Na terça-feira, foi a vez de Lula afagar os microempreendedores individuais, os mesmos que a militância tem ironizado com a expressão pejorativa “CEO de MEI”, em um curiosíssimo esforço para virar votos das pessoas exigindo submissão de classe – a mesma dinâmica observada nas críticas ao “pobre de direita”. O pacote inclui o perdão de dívidas tributárias de 3,6 milhões de MEIs – a um custo de R\$ 12,6 bilhões –, um programa chamado “pix MEI” que daria até R\$ 5 mil a mulheres empreendedoras com faturamento baixo, e uma nova versão do Desenrola voltado aos MEIs. Ao menos no caso do repasse de R\$ 5 mil, o governo já deixou claro que o dinheiro, se vier, virá apenas em 2027 – desde, evidentemente, que o petista seja reeleito. Ainda na terça-feira, Lula fez outra promessa: dar R\$ 2,5 mil anuais a cada universitário, em uma ampliação do programa Pé-de-Meia – o valor

também está condicionado à vitória do presidente em 25 de outubro.

Tudo isso pode até não configurar a clássica compra de votos, ou algum abuso de poder político e econômico descrito na lei eleitoral, mas não resta a menor dúvida de que, nesta reta final, Lula está querendo conquistar o voto de parte dos brasileiros prometendo-lhes dinheiro na mão, ou fazendo-os gastar um pouco menos ao abastecer seus veículos (mas apenas pelo tempo estritamente necessário). E, para isso, vale até a chantagem, acenando com repasses a MEIs e universitários, mas que só se tornarão realidade caso Lula se reeleja. É o desespero eleitoral em modo puro. E um desespero que custa caro. Todas as bondades eleitoreiras que Lula tem oferecido desde a pré-campanha já chegaram à casa das centenas de bilhões de reais em efeito fiscal –

seja pelo aumento de gastos, seja por renúncias a valores a que teria direito – e várias delas simplesmente não estavam previstas na proposta de lei orçamentária de 2027.

Quanto maior o caos fiscal, maior a inflação, e maiores os juros – uma combinação letal para qualquer brasileiro, que vê seu poder de compra reduzido, mas especialmente cruel para com os microempresários, que precisam de crédito simples e barato. No fim, todos pagam – inclusive aqueles que Lula corteja em sua tentativa final de se eleger.



[Voltar ao índice](#)



Apoiadores de Lula vandalizam estação de metrô em São Paulo, após ato em apoio ao presidente e candidato à reeleição. (Foto: Isaac Fontana/EFE)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Festa estranha com gente esquisita: a marcha da militância de Lula na Paulista

Domingo, dia 11, na Paulista, o PT realizou a “Marcha pela Democracia”, como batizaram –

porque nada grita democracia como impedir que o Monitor da USP use drone para contar o público. A campanha do Lula ameaçou abater os aparelhos. Democracia de portão fechado, com contagem de cabeças autorizada só por quem organiza. O PT estimou em um milhão de pessoas o público, sem combinar com o site esquerdista que colocou apenas 10% desse número. Sem dado oficial. Sem drone. Sem verificação. Um milhão é o número que cabe num discurso, e isso que importa.

O que se viu ali não era exatamente o povo. Era uma mistura de elite da esquerda caviar com baderneiros. Movimentos “sociais”, como UNE e MST, sempre movidos à mortadela. Artistas no palco antes dos políticos, pois é preciso atrair gente sem ser pelas ideias. Lula discursou voltado para o público jovem, prometeu revolução

tecnológica, pediu que convencessem idosos a votar no segundo turno. Alckmin falou da proximidade entre Flávio e Vorcaro, ignorando a intimidade do banqueiro com os próprios petistas. “O do Lula foi por fora”. Haddad e Boulos no palanque. Simone Tebet também. Uma colcha de retalhos ideológica onde o único fio comum é o ódio ao adversário.

E aqui está o contraste que eu venho registrando nos meus posts. Na Paulista petista, era praticamente impossível encontrar uma só camisa ou bandeira do Brasil. Só o vermelho do comunismo. O verde e amarelo virou bandeira de fachada: serve para a foto do Lula, que depois amassa e se livra do símbolo de campanha.



Décadas de doutrinação, bilhões em propaganda estatal, controle das salas de aula, e o resultado é esse: um cidadão que repete slogans sem entender uma linha do que está dizendo.

Nas manifestações conservadoras é o contrário. Família, Bíblia, bandeira do Brasil. Gente comum, trabalhador, pai de família, evangélico, católico, que vai para a rua com o que tem de mais sagrado. Não é militância de fã-clube. É convicção. E a diferença aparece no rosto das pessoas. E no comportamento, claro.

Porque no ato de domingo não era só militância paga. Era gente esquisita. Publiquei um vídeo que resume tudo: um rapaz esquisito dando as

“razões” pelas quais votaria no Lula. Razões totalmente estranhas, desconexas, sem qualquer lastro na realidade, decoradas de algum professor marxista. É o retrato da lavagem cerebral que venho denunciando há anos. Décadas de doutrinação, bilhões em propaganda estatal, controle das salas de aula, e o resultado é esse: um cidadão que repete slogans sem entender uma linha do que está dizendo. Não é burrice. É condicionamento. O mesmo mecanismo que faz gente sair em defesa do PCC e do Comando Vermelho enquanto detona a polícia “fascista”. Quando a ideologia substitui o juízo, qualquer absurdo vira verdade.

O Lula foi Lula. Pediu que o país não perdesse a democracia por pior que ela seja. A frase é um oxímoro perfeito: defender a democracia ameaçando abater drones de contagem

independente, censurando vídeos no TSE, usando a EBC – com presidente filiada ao PT desde 2021 e casada com Marcelo Freixo – para tirar o som do programa do Flávio. Um “erro técnico”, dizem. Ironicamente, os erros sempre prejudicam o lado direito. A democracia que eles defendem é a deles. A de Cuba, Venezuela, Nicarágua. Os outros são golpistas, fascistas, ameaça. É a mesma cartilha de sempre: quem discorda não é adversário, é inimigo.

E o timing não engana. A escala 6x1, que Davi Alcolumbre adiava há meses, agora corre para ser votada a quinze dias da eleição, sem o devido debate. A desoneração dos combustíveis, R\$ 5,2 bilhões em trinta dias, anunciada com o Brent acima de cem dólares. O Bolsa Família reajustado na véspera. Tudo é cálculo eleitoral, e o eleitor percebe. Algumas pesquisas mostram Flávio com

52% dos votos válidos contra 48% de Lula. Noventa e dois por cento dos eleitores já decidiram. A rejeição a Lula subiu para 51%. A festa de domingo foi o desespero de quem sabe que o seu tempo acabou. O porco vai aos gritos para o abatedouro.

Flávio e Nikolas já confirmaram o Bloquinho 22 para o próximo domingo, dezoito, na mesma Paulista. Tarcísio e Ricardo Nunes no palco. Aí sim vai ter bandeira do Brasil com orgulho sincero, defesa da soberania de verdade. Vai ter família. Vai ter gente que trabalha, paga imposto, cria filho e vai para a rua porque acredita no país, não num ídolo com os pés de barro. A comparação vai ser inevitável, e é por isso que o PT prefere militância adestrada a povo.

O povo cansou do PT. Cansou de promessas vazias. Quer comida e segurança, enquanto Lula faz discurso sobre terras raras e Estados Unidos. Confundir o povo com a elite da esquerda caviar será a destruição do petismo. As medidas populistas desesperadas chegaram tarde demais, e o truque não mais convence. O povo quer mudança.

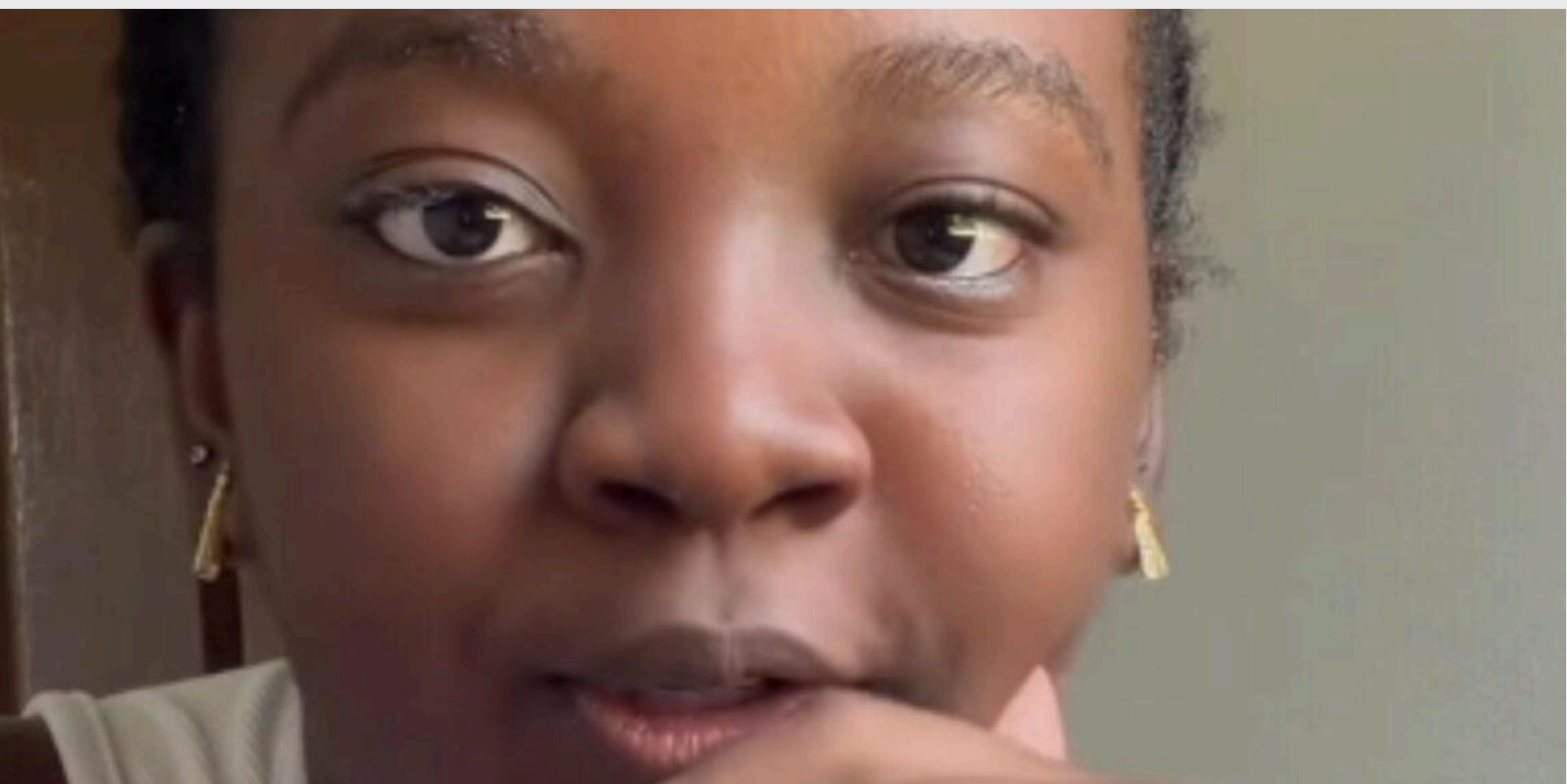


Autor: Rodrigo Constantino é economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja, O Globo e Gazeta do Povo.

Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Ana Elisa: instrumentalizada por uns, humilhada por outros. (Foto: Reprodução/Instagram/ @anaelisast)

OPINIÃO

Polzonoff

Ana Elisa: queria sentir raiva, mas não consigo

Ana Elisa. A moça de apenas 21 anos teve mais de 500 mil votos. E logo foi convocada para a guerra política, ideológica e eleitoral nas redes sociais.

Vi. Tive que ver, mas não acreditei no que vi. Vi de novo. E de novo. Não é possível que mais de 500 mil pessoas tenham votado na moça que, com todo o respeito, tem sérios problemas de formação. Mas votaram e não é só isso. A moça, incapaz de uma ideia original e soterrada por clichês daqueles bem clichезentos mesmo, é vista como uma promessa da política. Estamos ferrados.

Raiva, porém, não consigo sentir. Até queria, porque a raiva é catártica. Mas pesquiso um tiquinho, imagino outro tanto, e tenho diante de mim uma Ana Elisa que vai além da personagem caricata desta eleição. Descubro uma moça que é produto deste século. Ressentida porque a ensinaram a ser ressentida. Doutrinada por mestres que a convenceram de que ela é “especial”. Não é. Tomada por um auto-ódio

evidente e evidentemente triste. Crédula de que será capaz de consertar o mundo e moldá-lo de acordo com critérios muito pessoais do que é o certo. O que é bem perigoso.



A moça, incapaz de uma ideia original e soterrada por clichês daqueles bem clichезentos mesmo, é vista como uma promessa da política. Estamos ferrados

Pena

Vinte e um anos. Aos 21 anos, minha maior preocupação era conquistar o coração das moças. E ter minha pretensa (e falsíssima) genialidade precocemente reconhecida. Aí gosto de imaginar. O que teria acontecido se, em 1998, Fernando

Henrique Cardoso tivesse convocado aquele moleque magro, espinhento e orelhudo para ajudar na campanha à reeleição? Que bobagens eu teria dito com a mesma arrogância de Ana Elisa? Com o mesmo olhar fixo de quem acha que tem todas as respostas para todos os problemas do mundo?

Daí a pena que expresso com cuidado, muito cuidado, para não soar superior. Porque não sou. Pena por ver Ana Elisa, de um lado, sendo instrumentalizada pelos macacos-velhos inescrupulosos do PT. Seduzida pela mentira da autoimportância. E, de outro, sendo trucidada na guerra política. Espero, realmente espero, que a moça aprenda e amadureça com isso tudo.

O que me parece até natural. Que ela perca o ar exageradamente circunspecto com que fala as coisas mais estúpidas do mundo. E, com sorte, que Ana Elisa aprenda a rir. Inclusive de si mesma.



Autor: Paulo Polzonoff Jr. é jornalista e escritor, não necessariamente nessa ordem. Já foi também tradutor, mas agora não tem tempo. Na Gazeta do Povo, escreve sobre política, cultura, filosofia e assuntos da atualidade. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Avanço da PEC que reduz jornada partiu de acordo entre Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) (Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)

Jornada de trabalho

Fim da escala 6×1 pode levar país a nova onda de falências em 2027

Por Vandrê Kramer

O fim da escala 6x1, aprovado no Senado nesta quarta-feira, 14, pode ampliar a crise financeira

das empresas brasileiras e trazer uma nova onda de recuperações judiciais, extrajudiciais e falências já em 2027. O custo da folha de pagamento pode subir até 20% para negócios que operam com jornada de 44 horas, conforme projeção do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Na avaliação do setor produtivo, o choque de custos não cabe nas margens das companhias e tende a ser repassado aos preços, convertido em demissões ou, no limite, em fechamento de empresas. O presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras (Abrainc), Luiz França, pediu uma transição gradual lembrando que, no Chile, a redução da jornada ocorreu ao longo de cinco anos. No Brasil, as mudanças ocorrerão em um prazo muito menor.

Pelo texto aprovado, a jornada máxima semanal será reduzida das atuais 44 para 40 horas, com dois dias de descanso remunerado por semana. As empresas terão 60 dias após a promulgação da emenda constitucional para adotar a escala 5x2, em que se trabalha cinco dias e se folga dois, e limitar a jornada a 42 horas semanais. Doze meses depois, o limite cairá para 40 horas. Ou seja, dependendo da data da promulgação da proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada, os primeiros impactos devem chegar às empresas já no início de 2027.

Empresas endividadas podem sentir mais o impacto da redução da jornada

Apenas a criação da segunda folga remunerada acrescenta 9,1% nos custos com trabalhadores

com carteira assinada, apontaram entidades empresariais em posicionamento conjunto divulgado na semana passada – dentre elas a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Para essas entidades, a mudança atinge as empresas em um momento delicado – com endividamento das famílias em nível recorde, juros elevados e desaceleração da atividade –, ameaçando agravar ainda mais a situação econômico-financeira das companhias.

Em julho, 9,2 milhões de empresas estavam inadimplentes, o maior número desde 2016, com dívidas de R\$ 238,6 bilhões, segundo a Serasa Experian. A pressão financeira também aparece nos indicadores de insolvência: o estoque de empresas em recuperação judicial cresceu 6,2% no primeiro semestre, enquanto o país registrou

55 recuperações extrajudiciais até outubro, o terceiro maior número da série histórica, iniciada em 2004. No mesmo período, 66 novas falências foram registradas, segundo a RGF Associados.

Thaiz Nóbrega, especialista em direito do trabalho do Albuquerque Melo Advogados, aponta que os riscos gerados pela mudança são significativos. "Para empresas que já operam com margens de lucro apertadas, o aumento repentino de custos fixos sem ganho imediato de produtividade cria pressão severa no caixa", afirma.

Em mercados muito concorridos, o repasse integral ao consumidor pode custar receita; pequenos e médios negócios (PMEs) e setores de operação contínua, com pouca folga financeira, sentiriam o impacto primeiro. Setores intensivos

em mão de obra presencial e cobertura de seis a sete dias por semana — comércio varejista e supermercados, bares, restaurantes e hotelaria, serviços de segurança e limpeza, clínicas e hospitais privados, além de moinhos, metalúrgicas e frigoríficos — estão entre os mais expostos, na avaliação dela.

Fim da escala 6x1 eleva custos de empresas e pressiona produtividade

Empresários e executivos alertam que a aprovação sem uma análise adequada compromete a competitividade nacional, e o custo extra para as empresas tende a virar aumento de preços ou retração de investimentos. "A discussão pode trazer incertezas sobre os custos trabalhistas, a produtividade e os efeitos sobre a inflação e as contas públicas", diz Gabriel

Mollo, analista da Daycoval Corretora. A mudança na jornada de trabalho mexe na composição de custos e no planejamento operacional das empresas. Para a CNI, a redução da carga para 40 horas, sem cortar salários, encarece a produção em até R\$ 267,2 bilhões.

O segundo dia de descanso semanal remunerado, por si só, reforça o acréscimo de 9,1% já citado, pesando inclusive sobre organizações que praticam 40 horas em cinco dias. Pela ótica da produtividade, análises do FGV Ibre estimam que a redução para 40 horas pode cortar 2,9% do valor adicionado da economia e derrubar 0,8% da produtividade por hora trabalhada.

Thaiz Nóbrega soma um segundo efeito: o custo não vem apenas do valor da hora paga. Com os

reflexos do descanso semanal remunerado sobre encargos, FGTS, 13º e férias, ela calcula o encarecimento do trabalho entre 18% e 22% — intervalo que engloba a projeção de até 20% apontada pela FGV Ibre.

Indústria, transportes e agronegócio podem enfrentar custos maiores

A indústria e o comércio devem enfrentar alta direta nas despesas operacionais e de cobertura de turnos, com a CNI projetando elevações médias de preços de 6,2% ao consumidor, alcançando 6% nos produtos industrializados e 6,6% no vestuário e calçados. O setor de transportes, segundo projeções da Confederação Nacional do Transporte (CNT), poderá ter um aumento inicial direto de R\$ 11,9 bilhões em despesas com mão de obra.

No meio rural, a redução da jornada pode agravar as dificuldades de contratação e pressionar a produção. Pesquisa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq-USP) mostra que 94,8% dos produtores rurais já enfrentam dificuldades severas para contratar pessoal, enquanto 88,3% relatam impactos negativos na produção.

A restrição na oferta de trabalhadores e o encarecimento das escalas geram gargalos na montagem de turnos em atividades contínuas. Especialistas consultados pela Gazeta do Povo apontam que no cenário atual do mercado de trabalho, com desemprego nas mínimas históricas, a expansão de quadros não se

apresenta como resposta viável ou imediata para a maioria das empresas.

Apesar das restrições jurídicas e operacionais, as empresas têm alternativas para se adaptar à redução da jornada, segundo Thaiz Nóbrega. Entre elas estão a negociação coletiva de condições de trabalho e a adoção de diferentes modalidades de contratação, respeitadas as exigências legais de cada uma.

- Negociação coletiva: acordos com sindicatos podem viabilizar sistemas de compensação de horas e escalas diferenciadas, como a jornada 12x36, desde que respeitados os limites legais aplicáveis.
- Jornada parcial: contratação com carga horária reduzida para atender a demandas específicas da operação.

- Trabalho intermitente: convocação de empregados para períodos de serviço, conforme a demanda, respeitadas as regras previstas na legislação.

Carine Leal Fraga, da Miraê Consultoria, destaca outras possibilidades, como automatizar tarefas repetitivas e aprimorar o planejamento das equipes. Nos supermercados, por exemplo, o mapeamento da demanda por faixa horária pode ajudar a dimensionar o número de empregados em cada turno, reforçando as equipes nos períodos de maior movimento e ajustando a operação nos horários de menor procura.



[Voltar ao índice](#)



Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes no plenário do STF (Foto: Alejandro Zambrana/STF)

Liminar

Senado pode derrubar liminar de Gilmar que dificulta impeachment no STF

Por Renan Ramalho

Uma decisão liminar proferida no fim do ano passado pelo ministro Gilmar Mendes dificultou

a instauração de processos de impeachment de membros do Supremo Tribunal Federal. Com o avanço da direita no Senado, uma maioria articulada de senadores pode derrubar a decisão ou ignorá-la e seguir com os processos de afastamento. Em dezembro de 2025, Mendes suspendeu a validade de parte da Lei do Impeachment por meio de uma decisão monocrática, que não foi julgada pelo plenário da Corte.

Na prática, a liminar impede o afastamento imediato de um ministro quando um processo de impeachment é instaurado. Ela também amplia de 41 para 54 o quórum necessário de senadores para a instauração. O quórum mínimo de 54 senadores já era o previsto para destituir definitivamente um ministro no final do processo, mas agora passa também a ser o

necessário para fases anteriores do processo. Na prática, a medida deixa os ministros mais blindados.

A opção mais drástica seria o Senado ignorar a liminar de Gilmar e adotar o rito original da Lei do Impeachment. Mas no momento ela não tem grande apoio na comunidade jurídica, mesmo entre críticos de decisões dos ministros. A escolha de enfrentamento institucional repetiria um cenário de 2016 que forçou o STF a recuar. Na ocasião, uma liminar do ministro Marco Aurélio Mello determinou que o então presidente do Senado, Renan Calheiros, se afastasse do cargo. O senador se recusou a cumprir a ordem e a Mesa do Senado comunicou ao STF que ele só se afastaria se o plenário do Supremo confirmasse a medida. Reunidos às pressas, os ministros derrubaram a liminar de Marco Aurélio e

permitiram que Calheiros continuasse no comando do Senado.

Na época, estava em andamento o julgamento de uma ação que buscava impedir que réus em processos criminais ocupassem a linha sucessória da Presidência da República. Já havia maioria formada nesse sentido e, antes que o julgamento terminasse, Marco Aurélio proferiu a liminar determinando a saída de Calheiros da presidência do Senado. Ele era réu e terceiro na linha sucessória – poderia assumir a Presidência da República em caso de falta do vice-presidente e do presidente da Câmara dos Deputados.

Um oficial de Justiça do STF foi levar a intimação e Calheiros recusou o recebimento. A Mesa do Senado, formada por senadores aliados, enviou

ofício ao STF comunicando que aguardaria decisão do plenário. O Senado argumentou que a medida afetaria “gravemente” a votação de propostas urgentes, que a decisão que tornara Calheiros réu ainda não havia sido publicada e que o Senado teria poder de suspender o processo contra ele. O Senado alegou ainda que a Casa e Calheiros não puderam se manifestar sobre o afastamento.

Juristas consultados pela reportagem consideram problemática a liminar atual de Gilmar Mendes, mas veem com preocupação a possibilidade de o Senado ignorá-la. A lei que disciplina o tipo de ação no qual a liminar foi proferida — a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) — permite que o STF suspenda a validade de norma cuja constitucionalidade seja questionada na Corte. Em regra, essa decisão

cabe à “maioria absoluta” dos ministros – isto é, por ao menos 6 entre os 11.

Excepcionalmente, o relator pode proferir a liminar “em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso”, mas de modo que seja submetida ao plenário, para referendo ou reversão da medida. Até hoje, no entanto, a liminar de Gilmar alterando a Lei do Impeachment não foi pautada por Edson Fachin.

Outra possibilidade de anular a decisão de Gilmar seria a revisão pelo plenário do próprio STF. Desde dezembro, Gilmar Mendes liberou o processo para julgamento pelos demais ministros, mas até o momento o presidente da Corte, Edson Fachin, não agendou uma sessão

para análise conjunta. Assim, a liminar permanece válida.

Caminho mais longo seria o Senado aprovar uma nova Lei do Impeachment, em substituição à atual, de 1950. Um projeto de lei tramita desde 2023 na Casa, mas está parado em fase inicial, à espera de votação na Comissão de Constituição e Justiça. Para virar lei, ainda precisaria passar pela Câmara e sanção presidencial. Desde 2023, tramita no Senado um projeto de lei elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro aposentado do STF Ricardo Lewandowski. A proposta resulta de debates iniciados em 2016 para atualizar a legislação sobre crimes de responsabilidade.

Diferentemente da decisão monocrática, o projeto preserva o afastamento cautelar da autoridade no

recebimento da denúncia por maioria simples: “Uma vez autorizada a abertura do processo, a autoridade será afastada do cargo. Caso contrário, a denúncia será arquivada. Essa decisão é tomada por maioria simples do órgão competente para julgamento”, prevê o texto.

Com a nova composição do Senado, a bancada conservadora terá condições de destravar a proposta, atualmente parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Tese de descumprimento de liminar ainda não tem apoio de juristas

Para o advogado Vitor Marques, mestre e doutor em Filosofia do Direito pela PUC-SP e autor do livro “O Supremo Tribunal Federal no Brasil: protetor da Constituição ou fonte de exceção?”, o

Senado deve cumprir a liminar de Gilmar. “A medida cautelar concedida ad referendum do Plenário produz efeitos desde a sua publicação. O referendo é condição de sua permanência, e não de sua eficácia. Enquanto não for revogada ou modificada pelo colegiado, a decisão vincula a todos, inclusive o Senado Federal. Isso vale ainda que, ao processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Senado exerça competência privativa”, explica.

Ele aponta três argumentos que o Senado poderia invocar para ignorar a decisão. “A competência privativa e a natureza política do juízo de impeachment, que fariam do rito e do quórum matéria interna corporis; a ausência de referendo, que tornaria a decisão precária; a inovação promovida pela própria decisão, que teria criado quórum de dois terços sem previsão expressa no

texto constitucional, atuando o relator como verdadeiro legislador positivo. Ocorre que nenhum desses argumentos autoriza o descumprimento”, ressalva o advogado.

Vitor Marques lembra que, durante os processos de impeachment dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff, o STF modificou ritos do procedimento para garantia do devido processo legal. “O caráter político do impeachment não afasta o controle jurisdicional sobre o rito e o devido processo legal. O mérito da acusação permanece com o Senado; a regularidade do procedimento, não”, diz.

Ele entende ser legítima a crítica sobre a decisão de Gilmar Mendes porque a decisão dele nunca foi julgada pelos demais ministros nem foi submetida à possibilidade de reconsideração.

“Uma decisão monocrática que redefine o regime de responsabilização dos próprios membros da Corte reclama pronto exame colegiado. Registre-se, contudo, que a crítica legítima se exerce pelos instrumentos que o próprio ordenamento oferece: o agravo e o pedido de reconsideração; a cobrança do referendo imediato que o Regimento Interno do STF passou a exigir após a Emenda Regimental nº 58/2022; a via legislativa, com a edição de uma nova Lei do Impeachment”, afirma.

Ele também recorda que, em dezembro de 2025, o próprio Senado conseguiu reverter parte da liminar de Gilmar Mendes que limitava ao procurador-geral da República a prerrogativa de pedir o impeachment de ministros. “Descumprir a decisão, ao contrário, seria converter a discordância em autotutela. O Senado substituiria

a decisão judicial por sua própria vontade e passaria a decidir, sozinho, quais decisões judiciais devem ou não ser observadas. Estaríamos diante de uma medida de exceção cuja fonte seria o Poder Legislativo, conjugando os dois movimentos que caracterizam o autoritarismo legislativo: a concentração de poder e a restrição do controle exercido pelos demais Poderes”, afirma. “E o dano seria irreversível. O Ministro afastado não possui substituto, e a Corte, desfalcada, teria sua composição alterada por um ato que o Direito não autoriza. Logo, a resposta institucional a uma decisão monocrática é o colegiado, e não a desobediência. O Senado pode e deve cobrar o referendo célere da medida. Não pode ignorá-la”, diz.

Para ele, o descumprimento da decisão do STF pelo Senado em 2016 não serve como precedente jurídico. “Em 2016, a liminar atingia diretamente a direção interna do Senado, cuja escolha a Constituição atribui aos próprios parlamentares (art. 57, § 4º). A Mesa reagiu, ainda que de forma questionável, em defesa da autonomia organizacional da Casa. Num processo de impeachment, o Senado não estaria defendendo sua autonomia, mas removendo obstáculos para atingir membro de outro Poder. A lógica defensiva se converteria em ofensiva”, argumenta.

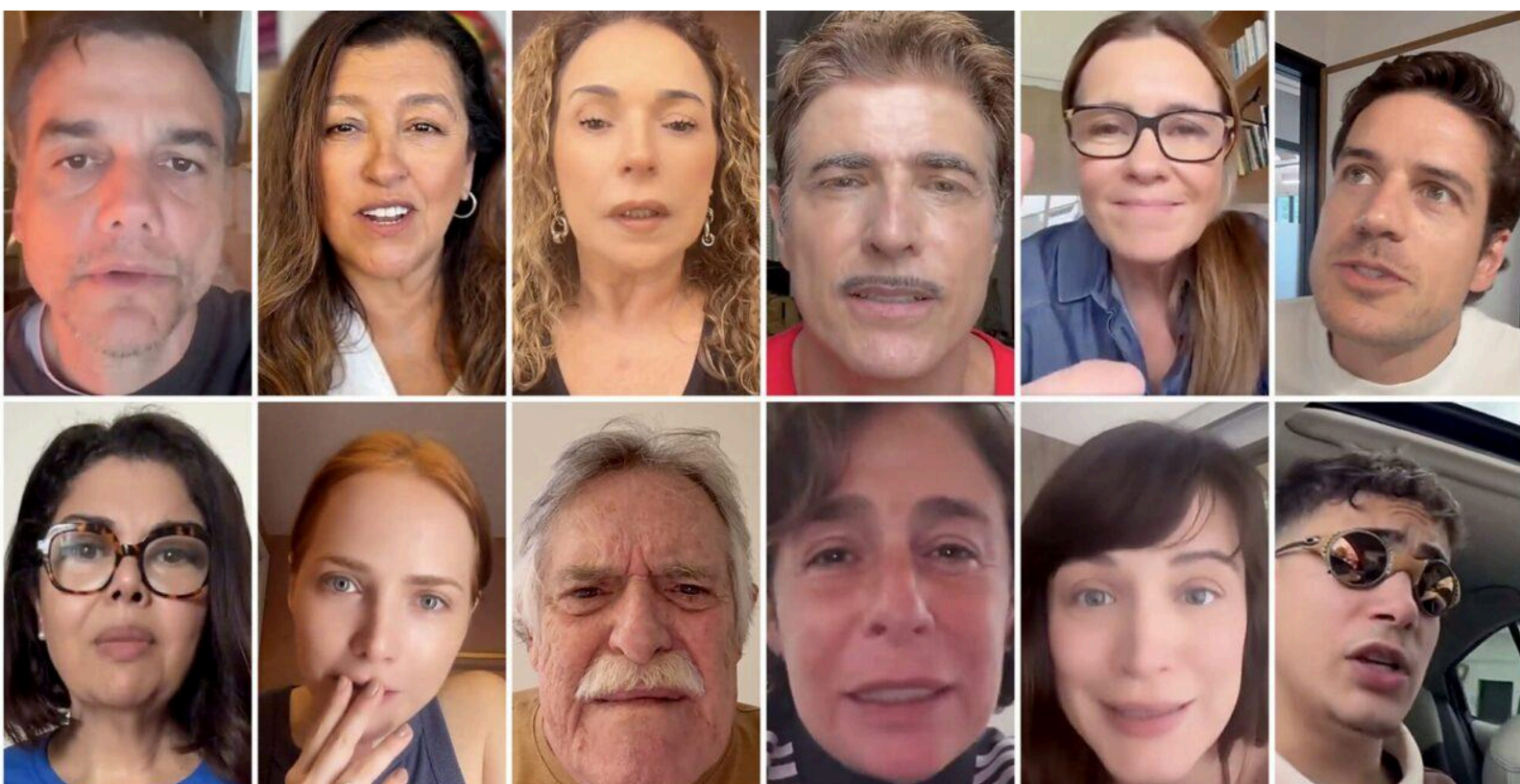
Rubens Beçak, professor, mestre e doutor em Direito Constitucional e livre-docente em Teoria Geral do Estado pela USP, concorda que uma liminar do STF deve ser respeitada pelo Senado. Ele observa que, do contrário, haveria uma queda

de braço entre as instituições. De um lado, o STF, representando o valor da Constituição, e de outro, o Senado, com o peso da representação democrática.

Ele também critica o fato de a liminar ainda não ter sido julgada no plenário do STF. “Ela simplesmente foi dada e parou. É uma questão que merece ainda análise pelo pleno. É uma medida dada muito, talvez, no calor do momento, e que merece uma crítica aguda”, diz. Ele vê como excessivo o número de votos determinado por Gilmar Mendes para instaurar o processo de impeachment.



[Voltar ao índice](#)



Artistas pedem voto a Lula nas redes sociais. (Foto: Reprodução/Instagram)

Pedido de votos

Artistas estão fazendo propaganda reversa e ajudando a direita?

Por Leonardo Desideri

Pedidos de voto de artistas para a reeleição do presidente Lula (PT) no segundo turno estão

produzindo o efeito contrário ao desejado? A hipótese foi levantada pela cantora Anitta, apoiadora do petista, no dia 7, ao reagir às cobranças para que gravasse um vídeo pró-Lula. Para a cantora, esse tipo de manifestação tende a pregar para convertido e ainda dá matéria-prima para os adversários debocharem das celebridades. “Só piora, na verdade, porque dá material para as pessoas do outro lado utilizarem a minha cara justamente para fazer campanha opositora”, escreveu Anitta em um comentário nas redes sociais. A artista reclamou de quem “jura que fazer um vídeo com a minha cara falando agora vai ajudar em alguma coisa a sair da bolha e não falar só para quem já concorda com meu posicionamento”.

No mesmo comentário, a cantora disse que buscava atuar por outros caminhos que

considerava mais eficazes. Apesar da resistência inicial às cobranças, Anitta cedeu dois dias depois e publicou um vídeo declarando voto em Lula e criticando apoiadores de Flávio Bolsonaro.

As declarações de Anitta ocorrem em meio à pressão pública de apoiadores de Lula para que artistas e celebridades se manifestem no segundo turno. Um dos principais envolvidos é o ator José de Abreu, que publicou um vídeo cobrando nominalmente atores como Selton Mello, Danton Mello, Giovanna Antonelli e Carolina Dieckmann. Ele questionou o silêncio dos colegas diante da ascensão do que chama de “fascismo”. “Não me conformo com colegas omissos! A vida quer é coragem!”, escreveu.

Abreu ainda foi até os perfis pessoais de artistas para fazer cobranças. Questionou a atriz Deborah

Secco, por exemplo, em uma postagem sobre uma viagem e cobrou Giovanna Ewbank ao comentar uma publicação sobre sua vida sexual com Bruno Gagliasso. A apresentadora respondeu que já havia declarado voto em Lula diversas vezes. Parte da classe artística já entrou na mobilização. Entre os nomes que manifestaram publicamente apoio a Lula estão alguns de sempre, como Adriana Esteves, Malu Mader, Taís Araújo, Débora Bloch, Leandra Leal, Marjorie Estiano, Reynaldo Gianecchini, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e Maria Bethânia.

A defesa da cultura e da produção artística aparece com frequência nas alegações dos artistas, ao lado de referências à ideia de defesa da democracia, aos direitos das minorias e ao combate ao que chamam de intolerância e fascismo. Em entrevista ao jornalista Junior JL,

que viraliza no Instagram abordando esquerdistas nas ruas, o ator Paulo Betti justificou sua posição pró-Lula dizendo que o presidente “sabe da importância dos artistas”. Questionado sobre valores milionários destinados a certos projetos pela Lei Rouanet e sobre a dificuldade crescente que o brasileiro médio tem para fazer as compras, respondeu que “a cultura é tão valiosa quanto o trabalho, quanto a comida”.

Capacidade de artistas de influenciar diretamente a escolha do eleitor diminuiu, diz marqueteiro

No fim de setembro, Lula realizou no Rio de Janeiro um ato com artistas como Chico Buarque, Zeca Pagodinho e Daniela Mercury. Até políticos aliados questionaram a eficácia do evento,

avaliando que ele apenas “pregou para convertidos”.

O vice-presidente nacional do PT e prefeito de Maricá, Washington Quaquá, declarou ao site Poder360: “O Lula não ganha nenhum voto com isso. Nós precisamos ganhar voto de quem não vota no Lula. Ele precisa procurar o voto do gospel, do sertanejo. Política é agregar com quem não tem.”

O marqueteiro político Leonardo Matedi, ex-assessor de comunicação do Palácio do Planalto no governo Jair Bolsonaro, avalia que a capacidade das celebridades de influenciar o voto costuma ser superestimada. Segundo ele, as mudanças na comunicação política reduziram essa influência: o eleitor já não absorve as

mensagens de campanha de forma tão automática e passou a analisar e discutir as estratégias por trás delas. “Antes, as campanhas chegavam prontas e não havia espaço para discuti-las em lugar nenhum. No máximo, se comentava nas conversas informais, mas ninguém debatia estratégia como se debate hoje. Agora, uma parcela considerável das pessoas que usam a internet faz isso abertamente. Dizem que a estratégia do Flávio está errada, que a do Lula está errada, opinam sobre o que deveria ser feito. Elas se sentem parte da campanha, de uma forma não convencional. É o que eu chamo de metacomunicação política. O eleitor não consome só a mensagem, ele analisa a forma como ela foi construída”, observa.

Com essa nova camada de complexidade na comunicação, os pedidos de voto de artistas

perdem força para influenciar diretamente a escolha do eleitor. “Antes, a lógica era simples. O fulano que eu admiro está pedindo voto para o Lula, então vou votar nele. Hoje, a pessoa olha aquilo de fora e pensa que talvez funcione para alguém, mas não para ela. A fatia de gente que decide o voto por causa de um artista diminuiu muito.”



[Voltar ao índice](#)



*Luciano Hang com a esposa e os três filhos na comemoração dos 40 anos da Havan
(Foto: Divulgação/Havan)*

Apesar do Estado

R\$ 6 bilhões em tributos em um ano: como Luciano Hang cresceu contra o Estado brasileiro

Por Erich Thomas Mafra

Em 2026, se fosse possível somar o tempo de casa de 300 colaboradores da Havan que completam

entre 10 e 40 anos de empresa, o resultado seria 3.890 anos de trabalho acumulado. Esse é o número que Luciano Hang costuma citar para dimensionar a transformação da empresa em quatro décadas. A rede varejista fundada por ele em 1986, numa sala de 45 metros quadrados em Brusque (SC), completou 40 anos em junho com quase 200 unidades, 22 mil colaboradores e projeção de faturamento de R\$ 22 bilhões.

A trajetória da empresa até se tornar uma das maiores varejistas do país se deu com o DNA empreendedor de Hang contra um aparelho estatal hostil ao empreendedorismo e contra a alta carga tributária brasileira. Somente em 2026, a empresa deve pagar cerca de R\$ 6 bilhões em tributos – cifra que ultrapassa o lucro líquido esperado.

Filho de operários da indústria têxtil catarinense, disléxico diagnosticado tardiamente, Luciano Hang começou vendendo bolachas wafer no recreio da escola. Aos 16 anos, entrou na expedição de uma fábrica em Brusque. Passou por tecelagem familiar e fábrica de toalhas antes de se juntar, em 1986, a Vanderlei de Limas para abrir uma loja de tecidos importados.

O nome saiu da junção dos dois sobrenomes. Vanderlei deixou a sociedade cinco anos depois, e Hang ficou com a operação inteira. Em 1989, a Havan mudou para um espaço de 2,5 mil metros quadrados na rodovia Antônio Heil, ainda em Brusque. Em 1995, abriu a primeira filial em Curitiba e adotou a fachada branca inspirada na Casa Branca — Hang tinha voltado dos Estados Unidos com a ideia.

Hoje são 196 unidades em 23 estados, e a meta é encerrar dezembro em 200 megalojas, com presença em todos os 27 estados brasileiros e algo em torno de 25 mil funcionários. "A Havan carrega o DNA catarinense em cada loja espalhada pelo Brasil. Estamos em quase todos os estados brasileiros, mas nunca deixamos a nossa essência catarinense", afirmou o empresário à Gazeta do Povo.

Burocracia como obstáculo crônico

Para o empresário, a burocracia é um dos principais obstáculos ao setor produtivo do país que acompanha a Havan desde sua fundação. Em conversa promovida em Brusque em junho deste ano, no aniversário de 40 anos da rede, Luciano Hang contou que uma unidade da Havan levou 22 anos para reunir todos os alvarás e licenças

necessários para funcionar. Casos concretos de espera pública se acumulam no interior. Em Matinhos, no litoral do Paraná, um terreno de 30 mil metros quadrados destinado a uma megaloja com cinema e praça de alimentação está parado há quatro anos.

Hang atribui o impasse ao Instituto Água e Terra (IAT) e a promotores públicos que, segundo ele, "lamentavelmente não deixam o Brasil crescer". Em Joinville, três projetos não puderam sair do papel. Em setembro de 2022, a inauguração de uma unidade em Natal foi embargada pelo Corpo de Bombeiros na véspera da abertura, e Hang atribuiu a decisão a perseguição política do governo estadual, então comandado pelo PT.

"Nosso problema maior não é comprar o terreno, não é fazer loja, é o licenciamento em algumas

idades. A burocracia é uma coisa que nos cansa", disse em entrevista à Rádio Menina.

A capital paulista, maior mercado consumidor do país, com quase 12 milhões de habitantes, segue sem uma única loja Havan. Hang atribui a ausência à burocracia municipal. No estado de São Paulo, há 36 unidades, todas fora da capital, empatando com o Paraná em número de lojas.

Em 2024, a Havan pagou R\$ 4 bilhões em tributos. Em 2025, cerca de R\$ 5 bilhões. À Gazeta do Povo, Luciano Hang afirmou que a rede recolhe hoje cerca de 30% do faturamento em tributos e que o total previsto para 2026, somando impostos e benefícios, deve ficar próximo de R\$ 6 bilhões — cifra que supera o lucro líquido projetado para o ano. "O imposto é o maior gasto. É maior do que o lucro, é maior do

que os fornecedores", declarou o empresário em entrevista publicada em sua conta no Instagram no ano passado.

A reforma tributária entrou em fase adaptativa no dia 3 de agosto de 2026, quando as notas fiscais eletrônicas do regime regular passaram a ter que informar campos com alíquotas-teste de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Estudos setoriais estimam o IVA brasileiro entre 26,5% e 28%, uma das alíquotas mais altas do mundo, acima da média da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), de 19%, e da União Europeia, de 21%. Para o varejo de departamentos, que opera com margem líquida entre 9% e 10%, cada ponto conta.

Em maio de 2026, o governo Lula editou a MP 1.357, zerando o Imposto de Importação sobre

compras internacionais de até US\$ 50 feitas por pessoas físicas em plataformas estrangeiras. Hang reagiu publicamente. Argumentou que a carga tributária sobre a operação nacional pode chegar, na sua conta, a 120%, e que a isenção para o produto chinês cria uma disputa desigual com o varejista brasileiro. "Se o imposto é zero para o estrangeiro, queremos imposto zero para o brasileiro também", questionou.

O ano de 2026 encontrou o varejo brasileiro com número recorde de pedidos de recuperação judicial. A Casas Bahia negocia dívida de R\$ 17,3 bilhões e encerrou 298 lojas. A Marisa fechou unidades. Renner e Riachuelo reduziram suas projeções de crescimento. Segundo Hang, o varejo brasileiro "já está na UTI e o destino é a morte" se não houver correção na assimetria tributária com produtos importados.

A Havan segue no caminho oposto. São 15 novas unidades previstas para o ano e investimento de R\$ 1,2 bilhão em expansão. Um relatório do Banco Safra aponta que a rede mantém margens acima da média do setor, desempenho atribuído pelos analistas ao mix de produtos e ao modelo de megaloja. Mesmo frente à alta carga tributária, à burocracia e a demais impasses no ambiente de negócios, Luciano Hang ainda acredita que é possível ter sucesso ao empreender no Brasil. À Gazeta do Povo, ele afirmou que a próxima meta, após bater 200 unidades, é chegar a 300, com foco em cidades médias e regionais. "Já temos cerca de 20 terrenos comprados para novas unidades, e a intenção é continuar essa expansão sem parar", disse o empresário. Nordeste e Norte, historicamente sub-representados no mapa da rede, entram como zonas prioritárias. A

companhia insiste em não abrir lojas fora do Brasil, apesar de propostas para levar o modelo ao exterior.

A sucessão da empresa – familiar, de capital fechado, com dois dos três filhos já na operação – é um dos temas que o fundador menos discute publicamente. Aos 63 anos, Luciano Hang segue viajando pelas praças que ainda faltam para "zerar o mapa". Enquanto isso, na sala de 45 metros quadrados da avenida Primeiro de Maio, em Brusque, funciona uma nova loja Havan.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- Como o fim da escala 6×1 afetará o cidadão comum – não só os empresários
- STF exacerba politização abrindo balcão de negócios com futuros congressistas
- Lula venceu entre os ricos e perdeu na classe C
- Quem são os cotados para a equipe econômica do eventual governo Flávio Bolsonaro
- Quem é o homem que, sozinho, retraduziu a Bíblia para o português
- As novas estratégias do Islã para conquistar poder nos EUA e na Europa

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice